

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2012

APROVAÇÕES

Câmara Municipal

Em de Março de 2013

Assembleia Municipal

Em ____ de _____ de 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012

Enquadramento Legal

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece como competência da Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de Prestação de Contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo", tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53 da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. Imposição também disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. Estabelece também que o Relatório de Gestão deve contemplar a situação económica e financeira da autarquia local, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, proposta da aplicação dos resultados para além de outros factos relevantes ocorridos no exercício.

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.ª Serie, n.º 191, de 18/08/2001.

Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.

INTRODUÇÃO

A grave crise económica e financeira que nos últimos tempos tem assolado o nosso país, transformou-se também numa profunda crise social. Além de outros, é o desemprego o principal rosto dessa mesma crise e aquele que mais afeta e preocupa todos aqueles que têm responsabilidades autárquicas onde estamos incluídos. Durante o ano de 2012 o qual está em análise, não deixamos de nos preocupar com esse problema do desemprego, que é de longe o maior pejo social e responsável pelo não rendimento económico das famílias. Nesse sentido e ao abrigo de protocolos celebrados com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Município de Mogadouro integrou dezenas de trabalhadores. Ajudamos a promover a instalação de algumas empresas no concelho como as cozinhas regionais; demos apoio a empresários que pretendem investir no nosso concelho como o complexo turístico em Vila de Ala, ajudando assim a contribuir para a criação de emprego.

Além do emprego e do rendimento económico das famílias, outra grande preocupação deste executivo foi e continuará a ser a Ação Social. Conhecendo as dificuldades de muitas famílias e no sentido de melhorar a qualidade de vida das mesmas, várias decisões foram tomadas destacando aqui algumas delas como:

Ao longo do ano foram atribuídos vários subsídios para ajuda ao pagamento das rendas de habitações a famílias carenciadas, para além das várias intervenções e melhorias feitas em muitas outras habitações próprias que estavam em estado de degradação avançada.

Atribuímos um subsídio a todos os alunos do 1º Ciclo para pagamento dos manuais escolares sendo-lhe também oferecidos os livros das atividades extracurriculares.

Todos os alunos sem exceção continuam a ter os transportes escolares gratuitos, para além do fornecimento de refeições aos deslocados do 1º Ciclo.

Apoiámos financeiramente os Centros Sociais e de Solidariedade Social do nosso concelho que o solicitaram.

De modo a proporcionar aos idosos do concelho uma vida mais digna e ativa, promovemos a realização do "X Encontro de Anciãos", demos continuidade ao programa de "Sistema de tele assistência domiciliária", a Feira Social para além da realização de inúmeras atividades culturais, desportivas e de lazer.

Foi também dado início ao programa de ajuda ao pagamento de medicamentos às pessoas com maiores dificuldades.

Mantivemos e reforçámos vários apoios às Associações sem fins lucrativos, realizando várias outras iniciativas de apoio aos jovens como as férias desportivas.

Também nos empenhámos na melhoria da qualidade de vida dos mogadourenses. Assim, procedemos à requalificação de várias vias municipais sendo que, algumas estavam em fase de conclusão, como a de Sanhoane, a da Zona Industrial, a de Soutelo, a do Salgueiro e a de Gregos, enquanto a Pavimentação da E.M. 1183 entre a E.N.315 e o limite do Concelho teve o seu início no final de 2012 (Estevais).

Continuámos a alargar e a melhorar a rede de água e saneamento em várias freguesias com a construção de 16 ETAR's e o abastecimento de água ao setor nascente.

Procedemos ao arranjo urbanístico de espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação no embelezamento do concelho e no bem-estar das pessoas residentes e das que nos visitam, com aposta forte na zona histórica da Vila, o melhoramento significativo dos jardins públicos e o arranjo da entrada de Valverde.

Nos domínios da Cultura e Educação, concluímos em termos de pagamento, a construção da Escola do 1º. CEB e Jardim de Infância, colaborámos na publicação de livros de autores concelhios ou sobre o nosso concelho (teatro de Urrós); valorizámos o trabalho realizado no domínio da educação, mantendo uma atitude de colaboração ativa com as escolas, os jardins de infância e o Agrupamento de Escolas; organizámos os transportes escolares; promovemos as Atividades de Enriquecimento Curricular; organizámos e dinamizámos o programa «Férias Desportivas»; continuamos com a realização da Feira do Livro e publicamos o Boletim Municipal.

Atentos ao associativismo e à preservação do nosso património cultural, concretizámos o apoio técnico, financeiro e/ou material a diversas Associações e Instituições como a Banda Musica dos Bombeiros, Ranchos Folclóricos, Grupos de Pauliteiros e outras Associações Culturais e Desportivas. Promovemos diversas comemorações, eventos culturais, educativos, recreativos e desportivos como as danças de salão, dia mundial da criança, natal das crianças, festival aeronáutico, torneio de futebol entre freguesias e prova de atletismo enquadrado no programa das festas da flor da amendoeira, etc.

Na promoção e divulgação do Concelho patrocinamos o programa televisivo do "Somos Portugal " da TVI para além de vários textos em revistas e jornais de índole regional e nacional.

Relativamente às obras municipais de maior relevo, com recurso ao QREN - Fundos Comunitários, concluímos as cozinhas regionais, a escola do 1º CEB, o abastecimento de água ao setor nascente - 1ª. Fase, a zona histórica da Vila e algumas vias municipais, e apresentámos algumas candidaturas para a Requalificação da Ribeira de S. Martinho e do Juncal. Durante o ano de 2012 recebemos o valor de 2.433.609,87€ de Fundos Comunitários.

Para melhor servir os munícipes, criámos o balcão único de atendimento que funciona durante o período de almoço, permitindo assim a toda a população tratar dos seus assuntos sem perder tempo no seu local de trabalho.

Mesmo com as dificuldades económicas actuais, valorizámos o papel das Juntas de Freguesia na resolução de vários problemas no intuito de construir um concelho mais atrativo e qualificado, mantendo um diálogo constante com os Presidentes das Juntas e facultando o apoio técnico e financeiro necessário à concretização de diversas obras através de protocolos e delegações de competências.

Muitas outras atividades merecem destaque que lhes será dado ao longo das páginas seguintes.

Relativamente à **execução orçamental de 2012**, verificou-se uma receita global de 14.716.290,75 €, a que corresponde uma taxa de execução de 64,2%, e uma despesa de 14.612.561,84 €, com uma taxa de execução de 63,8%.

É de salientar a boa execução das receitas correntes que apresentam uma taxa de 91% face à previsão orçamental.

Importa salientar que, apesar das medidas de austeridade face às restrições impostas pela "Troika" e à diminuição das transferências do Estado para o nosso Município, as contas verificadas no final do ano mostram que a dívida de média e longo prazo desceu consideravelmente e a de curto prazo é quase nula.

Apresentamos pois os valores das dívidas do nosso Município, em 31 de dezembro de 2012:

- **Dívidas de curto prazo/fornecedores: apenas 36.136,92 €** (menos 230.221,95 € do que em 31 de dezembro de 2011).

- **Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos bancários): 5.881.985,39 €** (menos 781.934,85 € do que em 31 de dezembro de 2011).

- **Leasing (Ex. B.P.S.M) - 27.701,66€** (menos 31.394,63€ do que em 31 de dezembro de 2011).

Com o avolumar das restrições orçamentais e da assunção de compromissos ("lei dos compromissos", publicada em 8 de Fevereiro de 2012), a Câmara Municipal não pode ter pagamentos em atraso o que cumprimos religiosamente, no entanto de forma a cumprimos todas as nossas obrigações o facto de ser obrigatório a verificação de fundos disponíveis, condiciona o momento e por vezes o valor a contratar não sendo possível satisfazer determinados pedidos e necessidades. Conscientes desta situação, temos procurado ao longo dos últimos anos reduzir significativamente as despesas correntes.

ANÁLISE PATRIMONIAL E ECONÓMICA

Os dois documentos que se seguem, serão analisados com maior detalhe, quando estiverem a ser comentadas as "Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados".

Balanço

ATIVO	2011	2012	Fundos Próprios e Passivos	2011	2012
Imobilizado			Fundos Próprios		
Bens de domínio Público	46.959.676,49	44.759.050,96	Património	16.067.419,56	16.067.419,56
Imobilizações Incorpóreas	81.455,92	88.140,24	Subsídios	17.836.675,36	17.899.377,60
Imobilizações Corpóreas	47.439.220,93	48.557.815,97	Doações	300,00	300,00
Investimentos Financeiros	6.490,98	6.490,98	Resultados Transitados	32.680.019,07	29.943.561,12
	94.486.844,32	93.411.498,15	Resultado Líquido do Exercício	-1.514.353,73	-912.085,36
Circulante				65.070.060,26	62.998.572,92
Existências	193.868,45	215.711,11	Passivo		
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo	6.663.620,24	5.881.685,39
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	98.268,78	130.720,87	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.032.678,23	599.148,56
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	Acréscimos de Custos	362.549,55	238.933,04
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	776.652,11	704.513,51	Proveitos Diferidos	22.468.264,85	24.808.799,96
Acréscimos e diferimentos	41.539,47	64.676,23		30.527.112,87	31.528.546,95
	1.110.328,81	1.115.621,72			
Total do Ativo	95.597.173,13	94.527.119,87	Total dos Fundos Próprios e Passivo	95.597.173,13	94.527.119,87

Em 31 de Dezembro de 2012 o ativo do Município de Mogadouro era de 94.527.119,87€. Registou portanto um decréscimo de cerca de 1.000.000,00€ em relação a 2011. Esta redução deve-se essencialmente ao valor das amortizações que apresenta um valor superior a 6 milhões de euros, ou seja valor superior ao investimento de 2012. O valor tão elevado das amortizações, está diretamente relacionado com o período de vida útil reduzido e consequente taxa elevada, atribuída aos bens aquando a inventariação dos mesmos pela empresa Sinergimo.

O ativo circulante regista um ligeiro aumento de 21.842,66€.

Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2011	2012	Proveitos e Ganhos	2011	2012
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	431.768,69	357.116,05	Prestações de Serviços	1.328.019,58	1.293.764,08
			Impostos e Taxas	551.527,53	630.522,74
Fornecimentos e Serviços Externos	3.474.758,86	3.859.613,75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custos com Pessoal	2.991.474,86	2.396.156,76	Proveitos Suplementares	0,00	0,00
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e prestações sociais	398.404,04	473.922,07	Transferências e subsídios obtidos	9.736.808,74	9.949.676,89
Amortizações do exercício	6.145.304,18	6.444.253,87	Proveitos e Ganhos Financeiros	7.495,94	14.449,36
Provisões do exercício	18.915,76	2.203,76			
Outros custos operacionais	5.005,62	5.030,99			
Custos e Perdas Financeiras	111.435,66	116.780,44	Proveitos Extraordinários	1.113.010,36	1.511.877,48
Custos e Perdas Extraordinárias	674.148,21	657.198,22			
Total	14.251.215,88	14.312.375,91	Total	12.736.862,15	13.400.290,55

Na análise deste mapa constata-se que comparativamente a 2011, os custos registaram um aumento global de 61.160,03€, sendo que parcialmente se

verifica as maiores reduções nos custos com pessoal e no custo das mercadorias e os maiores aumentos nos fornecimentos e serviços externos e nas amortizações do exercício. Quanto aos proveitos, verifica-se um acréscimo total de 663.428,40€ com os impostos e taxas, as transferências e subsídios e os proveitos extraordinários a registarem os aumentos e as prestações de serviços e os proveitos e ganhos financeiros a registarem as diminuições.

ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Análise da Receita

Se compararmos o valor global da receita registado no ano em análise de 14.716.290,75€, verificamos uma diminuição de 1.651.990,06€ em relação ao ano de 2011. Esta quebra resulta exclusivamente das receitas de capital, na medida em que as receitas correntes registaram aumentos. A maior quebra deu-se nas receitas do QREN que baixaram cerca de 1.800.000,00€, e nos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 318.783,70€, no entanto estes últimos se por um lado, provocam baixa nas receitas, por outro não contribuem para o aumento da dívida à banca. Temos também de realçar que a diminuição das transferências do QREN, baixaram não por inatividade ou falta de obras participadas, mas sim por falta de pagamento das entidades financiadoras porque no final do ano e apesar do número de obras participadas ser inferior, fechamos o ano com cerca de 1.500.000,00€ por receber.

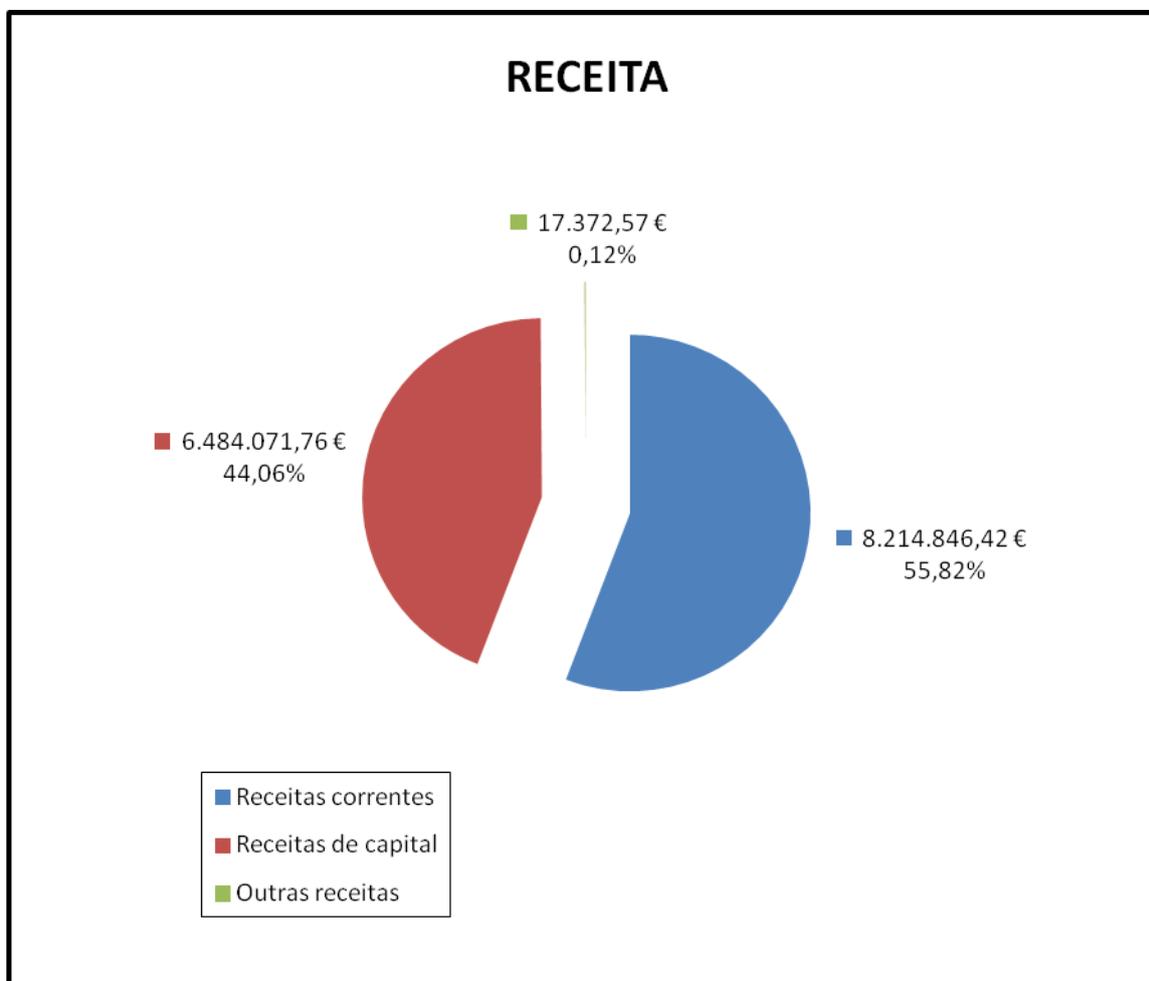
Assim e comparativamente ao último ano, verificou-se um decréscimo próximo dos 10%.

Na outra componente da receita municipal, a das correntes, regista um aumento de cerca de 300.000,00€ com a maioria dos capítulos a registarem aumentos ligeiros relativamente ao ano transato, assinalando como exceção os impostos diretos e os rendimentos de propriedade, este último justificado pelo facto do pagamento do IV trimestre das rendas de concessão por parte da EDP, ser contabilizado apenas já no decorrer deste ano num valor superior a 100.000,00€. Do aumento verificado nas receitas correntes e da diminuição das despesas correntes como aconteceu, resulta uma canalização de verbas correntes para o investimento municipal.

Receita Total

Descrição	2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	8.043.248,19	56,8	7.904.850,16	48,3	8.214.846,42	55,8
Receita Capital	6.122.243,46	43,2	8.463.430,65	51,7	6.501.444,33	44,2
Total de Receitas	14.165.491,65	100	16.368.280,81	100	14.716.290,75	100

Gráfico das Receitas: Total - 14.716.290,75 €



O orçamento municipal de 2012, cujo valor corrigido se fixou em 22.914.605,00 € reflete ao nível da sua execução, um valor percentual de 63,8%, percentagem muito próxima da verificada no último ano com 65,15%.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 63,82%, ascendendo ao montante de 14.626.271,63 € e a receita cobrada bruta foi executada em 64,22%, cifrando-se em 14.716.290,75€.

Sendo diversos os recursos financeiros que o Município tem ao seu dispor para a concretização de um conjunto de despesas, importa realçar alguns factos de maior relevância, no que concerne aos vários itens que constituem a receita municipal.

Composição da Receita

Receitas Correntes					Receitas de Capital				
Descrição	2011		2012		Descrição	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%
Impostos Diretos	626.562,58	3,8	588.486,26	4,0	Venda de bens de Investimento	16.167,15	0,1	11.475,00	0,1
Impostos Indiretos	55.231,73	0,3	69.819,87	0,5					
Taxas, Multas e outras Penalidades	133.247,22	0,8	162.391,65	1,1	Transferências de Capital	8.104.751,02	49,6	6.472.596,76	44,0
Rendimentos de Propriedade	486.348,00	3,0	380.095,28	2,6	Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências Correntes	5.920.645,20	36,2	5.974.963,24	40,6	Passivos Financeiros	318.783,70	1,9	0,00	0,0
Venda de bens e Serviços Correntes	622.178,99	3,8	860.816,40	5,8	Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Receitas Correntes	60.636,44	0,4	178.273,72	1,2	Outras Receitas	23.728,78	0,1	17.372,57	0,1
Total de Receitas Correntes	7.904.850,16	48,3	8.214.846,42	55,8	Total de Receitas de Capital	8.463.430,65	51,7	6.501.444,33	44,2

Analisando os dados constantes deste quadro, facilmente se depreende alguns aspetos mais consideráveis e de maior impacto quer ao nível da receita global, quer no que diz respeito à gestão financeira deste organismo:

O montante arrecadado de receitas de natureza corrente regista um aumento de 309.996,26€ o que corresponde a uma percentagem de 3,92%, comparativamente ao ano de 2011, representando em 2012, 55,8% do total da receita contra os 48,3% verificados em 2011. Em contrapartida registou-se um decréscimo na receita de capital de 1.961.986,32€ traduzido em 30,17%, representando assim, 44,2% do total contra os 51,7% do ano anterior. O

capítulo que registou a maior divergência foi o das transferências de capital com uma quebra de 25,21%, já explicada anteriormente pelo não pagamento dos financiamentos comunitários.

A receita proveniente dos Impostos Diretos registou este ano o valor de 588.486,26€, representando uma diminuição de 38.076,32€, sendo que foi na receita do Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis (IMTI) onde se registou a queda mais acentuada.

No cômputo geral da receita corrente, este capítulo representa apenas 4% do valor global arrecadado, no entanto destaca-se o valor verificado no Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e o Imposto Único de Circulação (IUC) que mostra um aumento embora que ligeiro em relação a 2011.

No capítulo dos Impostos Indiretos em relação ao ano anterior, a diferença positiva verificada, é apenas de cerca de 15.000,00€ resultante das receitas provenientes dos mercados e feiras.

Quanto ao capítulo das Taxas, multas e outras penalidades, regista também um aumento próximo dos 30.000,00€, donde se destaca a diminuição da receita proveniente de loteamentos e obras e o aumento da receita de saneamento.

No que respeita ao capítulo "Rendimentos de propriedade" este concorre com 2,6%, e 380.095,28€ do total da receita corrente e apresenta um valor inferior em cerca de 106.000,00€ em relação a 2011. A grande fatia deste bolo é proveniente das rendas de concessão pagas pela EDP e a redução prende-se com o facto da verba (122.854,06€) relativa ao IV trimestre ser contabilizada apenas em 2013.

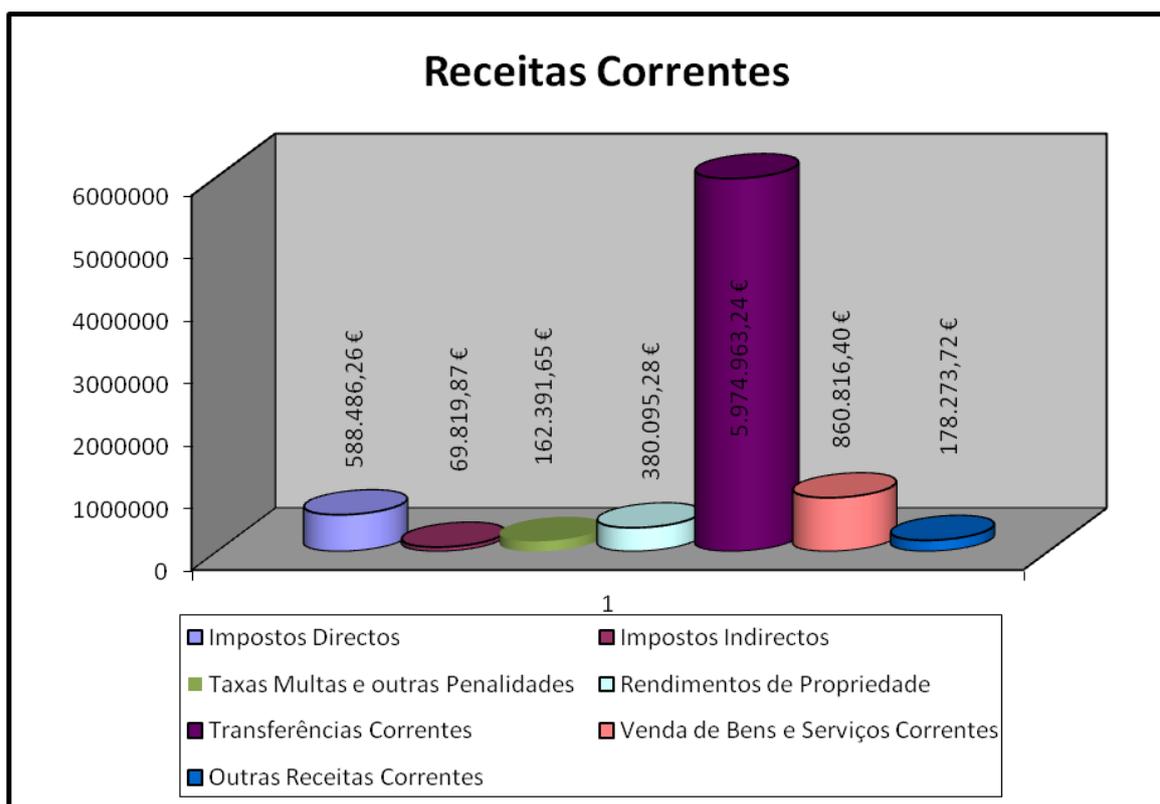
O recurso financeiro mais importante ao dispor da Autarquia e que tem maior expressão no total da receita diz respeito às Transferências Correntes que no ano a que esta Gerência se reporta totaliza 5.974.963,24€ representando no seu conjunto 40,6% do total e valores semelhantes ao do ano anterior. Tal como aconteceu nos anos anteriores e assim continuará no futuro, os Fundos Municipais contribuem com a fatia maior próxima dos 5 milhões de euros. A diferença é proveniente do valor pago pela Elienergia pelo parque eólico, pela EDP relativo a protocolo sobre o abastecimento de água e ainda a compensação sobre os transportes escolares e atividades extracurriculares pagos pela DREN e DGAL e também os acordos de colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No que concerne à rubrica "Venda de Bens e Serviços Correntes", constata-se que esta cresceu cerca de 240.000,00€ em relação a 2011 consubstanciando-se, no ano em análise, em 860.816,40 euros. Esta ocorrência tem como principal responsável um ligeiro aumento na maioria das rúbricas que concorrem para este título, designadamente o produto das tarifas de água, de resíduos e pela utilização das infraestruturas ao serviço da população.

Através do gráfico seguinte podemos verificar que embora as transferências correntes e nomeadamente o direito aos Fundos Municipais, esteja consignada na Lei das Finanças Locais constituindo assim receita, as Receitas Próprias do Município de índole corrente com o valor total de 2.239.883,18 euros, representa apenas 15% do total da receita arrecadada.

Veja-se o gráfico.

Receitas Correntes - 8.214.846,42 €



Quanto às receitas de capital, traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital, sendo a maior parte, canalizada na totalidade para a vertente do investimento, embora parte desse valor seja investido por outros organismos a quem são

atribuídos subsídios dessa natureza, como as Juntas de Freguesia, Associações e Comissões Fabriqueiras.

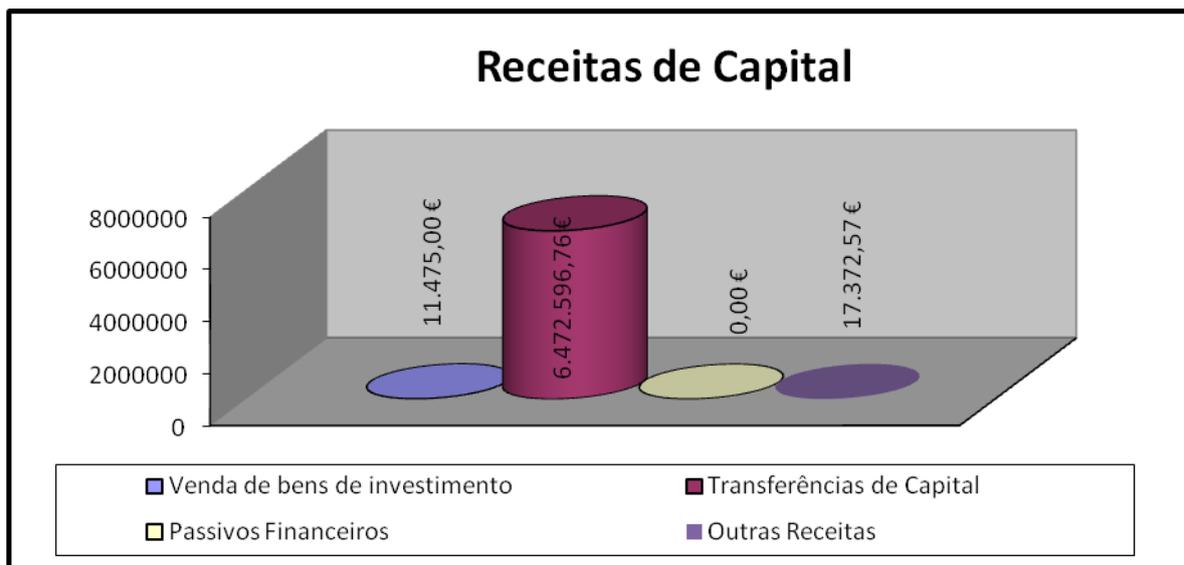
Excluídos os Passivos Financeiros (Empréstimos) que não registou qualquer movimento restam-nos a Venda de Investimentos e as Transferências de Capital. Há semelhança de anos anteriores, o capítulo das "Venda de Bens de Investimento", regista o valor simbólico de 11.745,00 euros, o que representa apenas 0,1% do total das receitas, valor idêntico ao do ano anterior.

Resta-nos pois o capítulo das "Transferências de Capital" com o valor global de 6.472.596,76€ e que revela um decréscimo de 1.632.154,26€ em relação ao de 2011.

Pela desagregação deste capítulo podemos verificar que o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro teve mais um corte de 184.200,00€ relativamente ao ano anterior, tal como já se tinha também verificado naquele ano, os Fundos Comunitários (QREN) e pelas razões já atrás descritas, sofreram também uma quebra de 1.795.413,15€, estas compensadas em parte pelo valor relativo aos financiamentos garantidos através dos Fundos do Baixo Sabor no valor de 265.172,88€, programa que aparece pela primeira vez para apoio à Requalificação da entrada de Valverde, os trabalhos complementares da Zona Histórica e o Caminho Municipal entre Paradela e o Salgueiro.

O aumento da dívida a terceiros depende em muito do grau de prontidão das transferências de capital, mas no final do ano, todos os trabalhos executados nas obras participadas, estavam pagos permitindo-nos ter um valor considerável em carteira, por pagar pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e que constitui portanto uma almofada para as obras a executar ao longo de 2013 que eventualmente não seja conseguido o financiamento das mesmas.

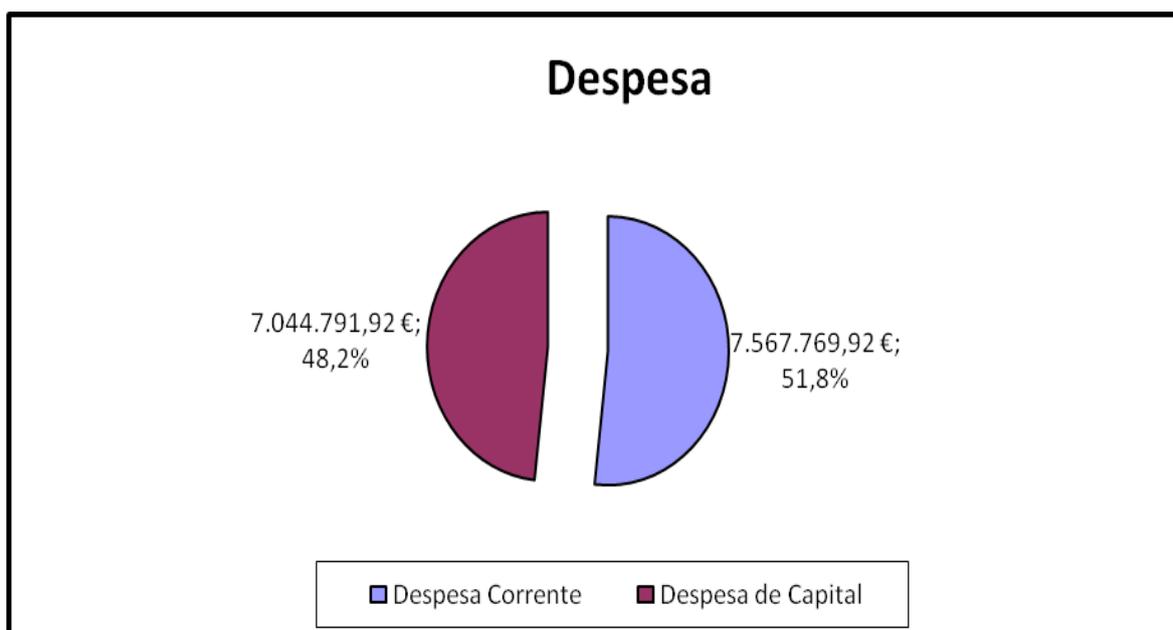
Assim do valor global das Receitas de Capital e que merecem análise, 51,00% corresponde aos Fundos Municipais, 37,53% aos Fundos Comunitários e 4,12% aos Fundos do Baixo Sabor.



Análise da Despesa

A execução da despesa está diretamente relacionada com a execução da receita. Assim, o valor da diminuição é idêntico. A este facto não é alheio a quebra verificada há dois anos consecutivos nas transferências da Administração Central, apesar do aumento das atribuições a que constantemente os Municípios estão sujeitos, o que afeta negativamente a execução da despesa.

Gráfico das Despesas: Total - 14.612.561,84 €



A despesa paga, apresenta valores de execução de 63,77% e 14.612.561,84 € em termos absolutos, desagregada em 7.567.769,92 € de origem corrente e 7.044.791,92 € de capital.

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que contrariamente ao verificado na componente homóloga da receita que aumentou mais de 300.000,00€, a despesa municipal corrente, registou um decréscimo cerca de 250.000,00€. Também e nos dados do mesmo quadro, podemos verificar que a Autarquia continua com uma política de contenção de custos, sobretudo nas despesas de natureza corrente que baixam pelo segundo ano consecutivo.

Já no que diz respeito às despesas de capital e em função da receita arrecadada da mesma natureza e pelos motivos já anteriormente explicados, os gastos efetuados no exercício económico de 2012 são bastante inferiores aos verificados só no último ano que foi excecional mas superiores aos registados nos ano de 2009 e 2010.

Podemos ainda constatar que o valor total da despesa (14.612.561,84€) é inferior em cerca de 100.000,00€ ao verificado na receita (14.716.290,75€), justificado pelo facto de no final de 2012 transitararmos com um saldo de 173.987,06€ em Tesouraria para 2013 e que permitiria inverter os valores totais.

Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	8.005.543,88	55,7	8.040.095,53	60,2	7.823.118,07	45,6	7.567.769,92	51,8
Despesas de Capital	6.374.957,09	44,3	5.306.254,48	39,8	9.342.415,93	54,4	7.044.791,92	48,2
Total da Despesa	14.380.500,97	100,0	13.346.350,01	100,0	17.165.534,00	100,0	14.612.561,84	100,0

Do período em análise, com exceção do ano de 2011, pode verificar-se que as despesas correntes têm suplantado, a sua congénere de capital, absorvendo sempre a maior fatia da disponibilidade financeira do Município sempre acima dos 50%, e que nos permite dizer que o maior esforço de pagamento tem sido canalizado para estas despesas de carácter corrente que regista no final do ano, um valor próximo do meio milhão de euros em encargos municipais, superior ao registado nos encargos com investimentos.

Seguidamente procedemos a uma análise individualizada de cada um dos grupos integrantes da estrutura global da despesa, por forma a ser perceptível a relevância que cada um ocupa no total da mesma, bem como a base de sustentação da aplicação do erário público na concretização dos diferentes objetivos que a Autarquia se propõe realizar, tendo em atenção as suas diversas áreas de atuação.

Para o efeito usar-se-á, de forma análoga ao processado na receita, uma metodologia que tenha em linha de conta o agrupamento da despesa global em subgrupos, de acordo com a natureza de cada uma das suas componentes:

- Despesas de Funcionamento;
- Serviço da Dívida;
- Investimento Global;
- Outras Despesas.

Despesas de Funcionamento

Constituindo as "despesas de funcionamento", um importante indicador da dinâmica de atuação do Município, na medida em que espelham o volume de todos os encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto "despesas com pessoal", "despesas com a aquisição de bens e serviços" e "outras despesas correntes", torna-se inteligível, através da leitura do quadro abaixo, que estas evidenciaram, no exercício em análise, um decréscimo na ordem dos 260.000,00€ ou seja menos 3,5%, em relação ao ano de 2011, perfazendo agora um total de 6.978.939,36 euros.

Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas de Pessoal	3.029.293,61	41,27	3.179.332,76	42,90	2.925.528,70	40,40	2.360.375,64	33,82
Aquisição de bens e serviços	4.292.646,20	58,48	4.179.111,57	56,40	4.260.084,43	58,83	4.491.701,83	64,36
Outras Despesas Correntes	18.528,60	0,25	51.772,36	0,70	55.424,50	0,77	126.861,89	1,82
Total das Despesas de Funcionamento	7.340.468,41	100,0	7.410.216,69	100,0	7.241.037,63	100,0	6.978.939,36	100,0

Como se pode verificar pelo quadro supra, as despesas de funcionamento ocupam o primeiro lugar destacado dos encargos municipais, constatando-se que elas representaram, no ano de 2012, a percentagem de 47,76 do montante global da despesa do Município, o que traduz um elevado encargo suportado por este Município em despesas obrigatórias.

Mais uma vez e comparativamente aos valores apurados em 2011, as despesas com pessoal no valor de 2.360.375,64€ no presente exercício registam um decréscimo na ordem dos 20%. A principal origem desta redução, no valor de 565.153,06€, prende-se essencialmente com as regras impostas pelos últimos Orçamentos de Estado que condicionam as entradas de pessoal nas autarquias locais, para além da redução de salários e corte dos subsídios de férias e natal, a saída de pessoal e ainda a não renovação de contratos a prazo que vigoravam em anos anteriores.

Em contrapartida e conforme se verifica no mesmo mapa, o valor registado na "Aquisição de Bens e Serviços" continua a crescer, sendo o aumento no ano em análise, superior em mais de 200.000,00€ em relação ao anterior, cujas diferenças serão analisadas e justificadas já a seguir por categoria e com mais pormenor.

Dentro da componente das "despesas de funcionamento" a "Aquisição de Bens e Serviços" é aquela que regista com larga margem, o maior valor com 4.491.701,83€ representando 30,74% do total geral da despesa.

Descrição	2009	2010	2011	2012
Aquisição de Bens	885.791,39	923.243,59	947.357,76	890.062,37
Aquisição de Serviços	3.406.854,81	3.255.867,98	3.312.726,67	3.601.639,46
Total	4.292.646,20	4.179.111,57	4.260.084,43	4.491.701,83

Pela análise da evolução da despesa realizada com a "Aquisição de Bens e Serviços", regista-se que a aquisição de bens, baixou cerca de 60.000,00€, enquanto a aquisição de serviços, aumentou cerca de 300.000,00€.

Assim durante o ano de 2012, o montante gasto com a "Aquisição de Serviços" resumiu-se essencialmente às seguintes áreas:

- Limpeza e Higiene - 717.143,59 euros, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo.
- Transportes - 615.037,94 euros sendo que na sua maioria foram destinados ao pagamento dos transportes escolares.
- Encargos de Instalações - 598.920,19 euros, destinados exclusivamente aos encargos com energia elétrica.

- Conservação de bens - 187.218,29 euros que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis.
- Comunicações - 135.233,50 euros relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.
- Outros Serviços - 863.876,19 euros. Esta rubrica residual engloba serviços de natureza diversa, destacando-se aqui os custos com a iluminação pública (318.715,81€), prestação de serviços com pessoal das atividades extracurriculares, aeródromo e outros (313.822,38€), os encargos com o funcionamento das Associações do Douro Superior (7.066,14€), Territórios do Côa (6.000,00€) e Terra Fria, (46.672,88€), custos com o Red Burros (12.927,41€), o programa "Somos Portugal" (5.408,00€) para além de despesas relacionadas com a prestação de serviços por diversas empresas, protocolos com grupos de dança (Populum) e música (Orquestra do Norte), leitura de contadores (16.330,71€) e ainda serviços de refeições como a Ceia de Natal.

No que concerne à rubrica "Aquisição de Bens", verifica-se que esta não tem sofrido grandes oscilações no decorrer de todo o período em análise, totalizando no presente exercício 890.062,37€ euros, ou seja cerca de 60.000,00€ a menos em relação ao último ano.

De referir que 35,56%, ou seja o grosso da fatia, foi canalizado para o consumo de "combustíveis e lubrificantes" que absorveram 316.577,07 euros destinados à aquisição de gasóleo para viaturas e gás para aquecimento dos edifícios municipais.

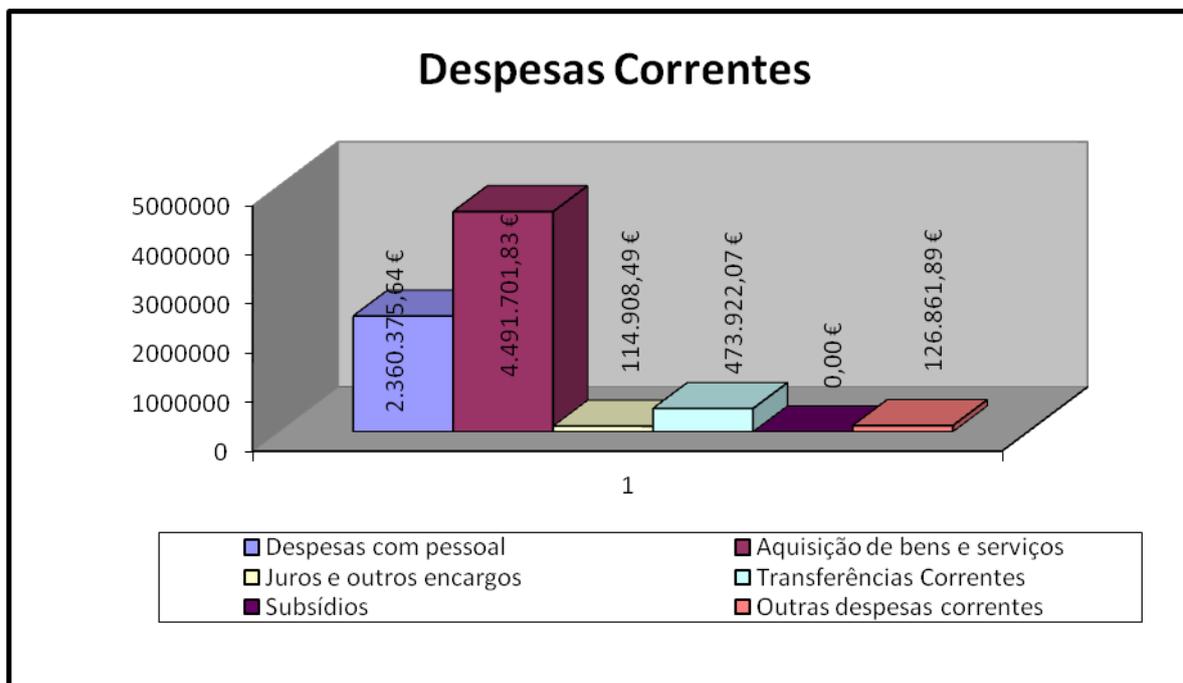
A rubrica "Outros bens" que com 255.872,51€, ocupa o segundo lugar deste capítulo, saindo daqui as despesas relacionadas com a aquisição de materiais diversos para execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual que não se enquadram em rubricas próprias.

A restante verba é distribuída por diversas rubricas com menor valor, sendo de destacar as despesas com alimentação de alunos na Cantina Escolar do Pré-Escolar e 1º Ciclo com 46.893,91€, os consumíveis (material de escritório) com 35.388,85€, os produtos químicos para tratamento de água com 50.162,30€ e o material para reparação de máquinas e viaturas com 49.127,91€.

As despesas de funcionamento abarcam ainda uma outra rubrica - Outras Despesas Correntes - que pela sua natureza pouco previsível, aleatória e de carácter residual não têm manifestado grandes oscilações ao longo do período em apreciação, totalizando no último ano o valor de 126.861,89 euros, não atingindo sequer 1,82% do total das despesas de funcionamento.

Estas despesas de reduzida expressão respeitam, fundamentalmente a encargos com restituições de impostos e taxas como o Imposto Municipal sobre Imóveis e Transmissão de Imóveis no valor de 94.310,92€ e ainda aos serviços bancários. Cabe também neste capítulo o valor pago pelas taxas de Recursos Hídricos e de controlo da água próximos dos 26.000,00 euros.

Gráfico das Despesas Correntes: Total - 7.567.769,92 €



Serviço da Dívida

Considerando a importância da dívida de empréstimos no contexto do endividamento municipal, importa avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, denominados juros e amortizações de capital, bem como o seu grau de importância no total da despesa e da receita municipal.

O quadro seguinte explana a evolução nos últimos anos da dívida assumida por esta Edilidade, no que diz respeito aos encargos financeiros (juros) e às amortizações do respetivo capital.

Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	682.437,61	72,05	721.590,96	87,91	774.327,94	87,83	781.934,85	87,37
Encargos Financeiros	264.685,11	27,95	99.195,29	12,09	107.257,11	12,17	113.008,10	12,63
Serviço de dívida	947.122,72	100,0	820.786,25	100,0	881.585,05	100,0	894.942,95	100,0

Através da leitura dos dados acima referenciados, constata-se que os encargos inerentes ao serviço da dívida suportados pela Autarquia, ascenderam na gerência em análise, a 894.942,95 euros, o que traduz um acréscimo na ordem dos 13.000,00€, face ao ano anterior. Este facto resulta do aumento das taxas de juro verificado ao longo do ano.

Como facilmente se depreende pela leitura da informação patente no quadro relativo ao "Serviço da Dívida", o montante gasto com as "Amortizações de Capital" tem vindo a aumentar gradualmente ao longo de todo o período em análise, enquanto os encargos financeiros (juros), diminuíram muito de 2009 para 2010 provocado pela queda da taxa de juros, sendo que a partir daí começaram a subir ligeiramente pela razão inversa e também pelo último empréstimo utilizado que esgotado o período de carência, começou a pagar-se juros.

De referir que a totalidade do valor amortizado prende-se com créditos contraídos junto da banca, sendo que os custos inerentes ao serviço da dívida representam face ao cômputo geral da despesa uma percentagem de 6,12. Quanto ao valor em dívida à banca no final do ano em análise, regista um valor de 5.881.685,39 € contra os 6.663.620,24€ em 2011, registando-se portanto um decréscimo 781.934,85€, ou seja valor igual ao da amortização porque não houve qualquer utilização de novos empréstimos.

Investimento Global

O investimento municipal, apresenta no ano em análise o valor de 5.606.859,32€, abaixo do registado no ano de 2011 mas muito superior ao verificado em anos anteriores. A falta de recursos financeiros disponíveis, provocada pela situação económica e financeira em que o país se encontra, inviabiliza a execução de alguns projetos definidos como objetivos aquando a elaboração dos documentos previsionais designadamente o Plano Plurianual de Investimentos, no entanto e apesar da crise, do atraso dos pagamentos QREN, a maioria das obras previstas com maior volume, foram concluídas quer física quer financeiramente, havendo outras que foram lançadas já no último terço do ano e que tiveram pouca execução como a pavimentação da E.M.1183 entre a E.N.315 e o limite do concelho e a recuperação e valorização ambiental da ribeira do Juncal com problemas burocráticos pendentes pela apresentação por parte de um concorrente de uma providência cautelar.

Tendo já sido falado dos Passivos Financeiros e os Ativos Financeiros e as Outras Despesas de Capital não registarem movimento, o Investimento Global do Município caracterizado pelas componentes - Investimento Direto e Transferências de Capital - proceder-se-á a uma avaliação geral do seu comportamento.

Para o efeito, elaborou-se o quadro abaixo apresentado.

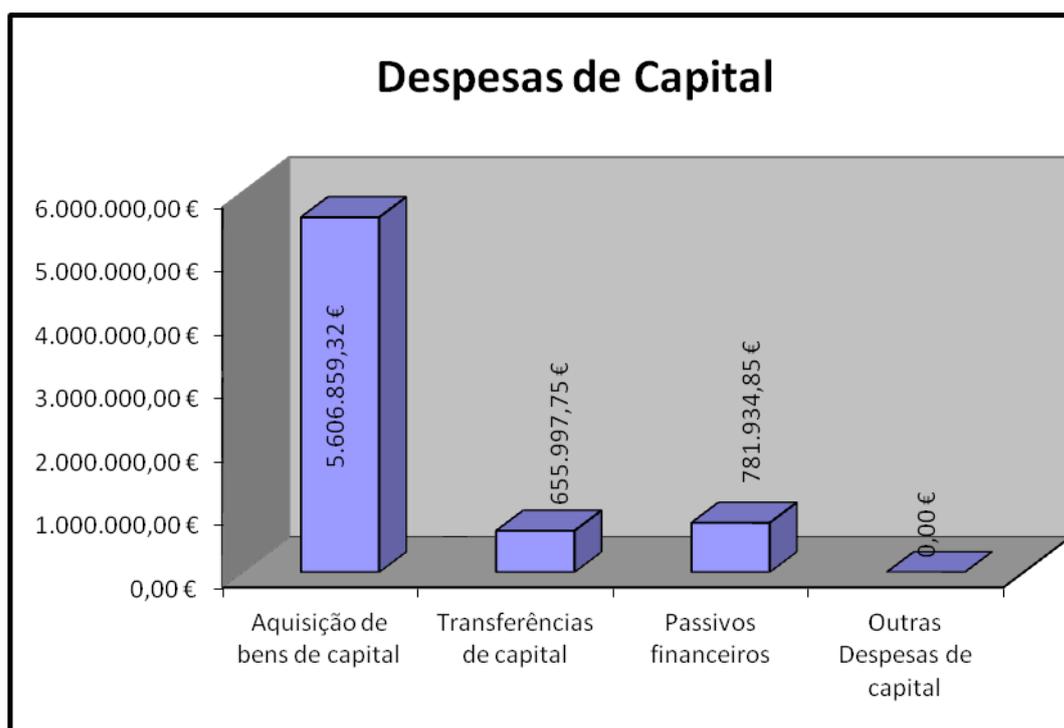
Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	5.382.671,80	94,46	4.021.674,83	87,72	7.966.855,77	93,17	5.606.859,32	89,53
Transferências de Capital	315.962,52	5,54	562.988,69	12,28	394.599,77	4,61	655.997,75	10,47
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	189.601,07	2,22	0,00	0,00
Investimento Global	5.698.634,32	100,00	4.584.663,52	100,00	8.551.056,61	100,00	6.262.857,07	100,00

Como se pode observar, o "Investimento Global" registou durante o ano em análise, uma quebra de próxima dos 30% em relação a 2011, traduzido na importância de 2.288.199,54€ distribuídos pelos itens referidos, nos quais o valor das transferências de capital regista um forte incremento enquanto as outras despesas não registam qualquer valor.

No cômputo geral da despesa, o investimento global representa 42,86% do total, os "encargos de funcionamento" têm um peso de 47,76%, e o montante afeto ao "Serviço da Dívida", que exibiu uma importância na despesa global da Autarquia de 6,12%.

O conjunto das Despesas de Capital, com o valor de 7.044.791,92 €, representa 48,2% do total das Despesas, estando desagregadas e de acordo com o gráfico que se segue, pela aquisição de bens de capital traduzida em 38,4%, as transferências de capital com 4,5% e os passivos financeiros com 5,4% do total das despesas.

Gráfico das Despesas de Capital: Total - 7.044.791,92 €



Constituindo o investimento uma das áreas de maior relevo e de indiscutível importância num Município revela-se essencial uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Investimento Direto

Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	10.812,50	0,20	7.267,50	0,18	205.837,66	2,58	39.349,50	0,70
Habitação	20.981,48	0,39	42.500,00	1,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	168.473,58	3,13	987.850,24	24,56	3.097.309,33	38,88	472.492,54	8,43
Construções Diversas	4.210.441,27	78,22	2.144.969,60	53,34	4.257.001,85	53,43	4.489.484,58	80,07
Material de Transporte	0,00	0,00	13.800,00	0,34	22.591,41	0,28	0,00	0,00
Maquinaria e Equipamento	726.378,69	13,49	751.049,01	18,68	286.664,93	3,60	512.675,38	9,14
Outros	245.584,28	4,56	74.238,48	1,85	97.450,59	1,22	92.857,32	1,66
Investimento Direto	5.382.671,80	100,00	4.021.674,83	100,00	7.966.855,77	100,00	5.606.859,32	100,00

Como se pode observar, o valor afeto ao investimento direto, baixou em relação ao ano anterior, mas continua a crescer desde o primeiro ano do mandato que coincide com o quadro em análise, consubstanciando-se em 2012 em 5.606.859,32 euros.

Analisando os investimentos levados a cabo nos últimos quatro anos, diretamente pela Autarquia, nas suas diferentes áreas de atuação, constata-se neste último ano, que o valor registado na rubrica "Investimento Direto", regista crescimentos nas construções diversas este ano com 80,07% e na maquinaria e equipamento com 9,14% do total do investimento levado a cabo pela Autarquia, enquanto as outras sofreram reduções principalmente o capítulo dos "Edifícios" este ano com apenas 8,43%.

No âmbito desta área de intervenção municipal temos como principais realizações:

Nas construções Diversas:

- O investimento realizado ao nível de "Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares", que absorveram 1.480.592,83 euros da disponibilidade financeira do Município, sendo a maior parte da verba e pelo segundo ano consecutivo para as obras de Recuperação da Zona Histórica da Sede do Concelho - 1ª e 2ª fase e o restante para arruamentos em aldeias e entrada de Valverde;

- O investimento efetuado no capítulo da "Viação Rural" no valor de 421.326,15€ foi gasto em várias vias municipais em fase de conclusão como a Pavimentação da E.M. 1163 entre Sanhoane e Gregos, tendo sido as maiores verbas canalizadas para execução da Estrada de Rovim em Bemposta e o Caminho Municipal entre Paradela e o Salgueiro;

- Sobre o investimento ao nível da "Estações de tratamento de águas residuais", e com um total gasto de 618.965,05€ o que corresponde a 11,04% do total do investimento realizado, dizer que a verba foi utilizada na totalidade na construção de ETAR's em 16 localidades do concelho.

- Ainda neste capítulo, foi gasto durante o ano de 2012 na classificação "Captação e distribuição de água", o valor de 1.646.121,32€ o que com a correspondência de 29,36% do total é este ano, aquela que absorveu a maior fatia individual. Desta importância, apenas cerca de 26.000,00€ não dizem respeito á execução da empreitada do abastecimento de água ao setor nascente do Concelho.

- A última classificação deste capítulo com valores consideráveis é a designada por "Outras" onde cabem as de carater residual e que não são

enquadráveis em rubrica própria que na gerência em análise regista o valor de 292.194,06€. Este valor diz respeito quase na totalidade à execução da empreita do estudo hidrológico e recuperação ambiental da Ribeira de S. Martinho.

As outras classificações deste capítulo, registam valores individuais reduzidos totalizando no seu conjunto o valor de 30.285,17€.

Nos Edifícios:

Quanto ao investimento efetuado no âmbito da rubrica "Edifícios", e que absorveu no ano em análise, o valor de 472.492,54 € como principal destino a conclusão da construção da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância e também a construção das Cozinhas Regionais.

Terrenos:

Relativamente ao valor afeto à rubrica "Terrenos", com o total de 39.349,50 € constata-se que o investimento realizado neste domínio ficou a dever-se à aquisição de terrenos que tiveram como finalidade:

- Construção da Estrada de Vilarinho a Bruçó - 1.250,00€;
- Loteamento Industrial de Mogadouro - 13.814,50€;
- Valorização Ambiental da Ribeira do Juncal - 18.035,00€;
- Alargamento de Caminho - 3.750,00€;
- Instalação de ETAR compacta em Meirinhos - 2.500,00€.

No que diz respeito ao investimento concretizado em "Maquinaria e Equipamento", este onerou as despesas do Município, no ano a que esta gerência se reporta, em 512.675,38 euros, o que traduz um forte aumento face ao ano precedente, representando agora apenas 9,14% do total do Investimento Direto. Cabem nesta rubrica a aquisição de equipamento e software informático, a aquisição de equipamento administrativo e as ferramentas e utensílios. O aumento verificado está diretamente relacionado com a aquisição da motoniveladora no valor de 259.530,00€ e a compra do equipamento necessário para a remoção de manganês na ETA de Bastelos.

As restantes rubricas que constituem o investimento direto - Material de Transporte, Habitação e Outros revelaram uma presença diminuta no cômputo geral deste investimento, representando no seu conjunto, apenas 1,66% do total.

Seguidamente, passaremos a uma abordagem sobre a evolução no último quadriénio de uma outra forma de investimento local designada por

"**Transferências de Capital**", que não sendo investimento realizado diretamente pela Autarquia representa custos para a mesma, e traduz-se em pagamento de verbas a várias entidades locais nomeadamente Freguesias, Instituições sem Fins Lucrativos, para que estas financiem projetos de investimento.

Transferências de Capital

Abrangendo esta rubrica, os fluxos monetários, destinados ao financiamento de despesas de capital daqueles que deles beneficiam, destacam-se essencialmente três grupos:

- Freguesias;
- Instituições sem Fins Lucrativos;
- Outras;

Ao longo do período em análise, as transferências de capital, evidenciaram um peso relativo no total da despesa de 4,48%, perfazendo uma quantia de 655.997,75 euros na atual gerência, registando comparativamente ao ano transato um crescimento na ordem dos 260.000,00€.

A primazia da transmissão deste tipo de valores por parte da Edilidade vai para as Instituições sem fins lucrativos que arrecadaram 441.225,70€, dos quais 320.000,00€ foram para o pagamento do protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro para a construção do novo lar, 10.000,00€ para ajuda da aquisição de uma viatura ao Centro Social de Remondes, 20,900,00€ para os Bombeiros Voluntários de Mogadouro adquirirem uma viatura de combate aos incêndios e 90.235,70€ para várias Comissões e/ou Fábricas da Igreja procederem à recuperação de imóveis (Mogadouro, Sanhoane, Estevais, Castro Vicente, Castelo Branco e Valverde).

As Freguesias do Concelho no seu conjunto, arrecadaram 204.942,65€, para cumprimento e pagamento dos protocolos de cooperação celebrados com aquelas entidades.

O valor constante do grupo "Outras" de 9.829,40€, foi destinado ao Turismo do Porto e Norte de Portugal relativo a uma candidatura no domínio da promoção e capacitação institucional (PCI) - redes institucionais.

Descrição	2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Freguesias	227.713,06	72,07	253.721,60	45,07	282.679,00	71,64	204.942,65	31,24
Instituições s/ Fins Lucrativos	67.555,98	21,38	230.730,75	40,98	55.553,80	14,08	441.225,70	67,26
Outras	20.693,58	6,55	78.536,34	13,95	56.366,97	14,28	9.829,40	1,50
Total	315.962,62	100,00	562.988,69	100,00	394.599,77	100,00	655.997,75	100,00

Outras Despesas de Capital

Este capítulo, regra geral não regista movimentos o que aconteceu durante o ano de 2012.

Transferências Correntes e Subsídios

Estes apoios, de natureza corrente, são uma relevante fonte de despesa autárquica, sendo responsáveis por cerca de 3,24% do total da despesa realizada em 2012 totalizando 473.922,07€, o que comparativamente ao valor de 2011, mostra um aumento de 46.787,21€.

As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Mais de 50% daquele valor foi absorvida pelas Instituições sem Fins Lucrativos, designadamente as Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho, com o valor de 288.195,51 €. Outro valor considerável foi destinado ao pessoal de inserção e emprego no montante de 82.843,32€, 17.357,28€ para ajuda do pagamento de rendas de habitação a famílias carenciadas e 6.093,44€ para apoio na aquisição de manuais escolares. Do restante valor, 17.069,63€ foram para as Associações de Municípios, 25.583,69€ para o Agrupamento de Escolas, 14.730,79€ para as Juntas de Freguesia, 17.306,21€ para o município de Vimioso destinado às despesas do Canil, 3.242,20€ para as Associações de Solidariedade Social e finalmente 1.500,00€ para as Regiões de Turismo.

Evolução do endividamento

No quadro da Lei das Finanças Locais, o grau de autonomia dos Municípios, em matéria de endividamento, já é reduzido, com as medidas do Governo

tomadas nos últimos dois anos de contenção orçamental, ao abrigo do recente Plano de Austeridade, agravaram-se as restrições ao endividamento municipal.

No contexto da presente análise da dívida, e em conformidade com os valores constantes do quadro abaixo, conclui-se que ao longo de todo o período destes quatro anos, têm-se registado decréscimos sucessivos no total de endividamento, quer no de Curto Prazo, quer no de Médio e Longo Prazo, sendo que só relativamente ao último exercício foi superior a 1.100.000,00€, o que equivale a uma percentagem cerca de 16%. Já durante o período em análise a redução total da dívida foi de 3.667.904,40€, o que demonstra o rigor das contas deste executivo.

Descrição	2009	2010	2011	2012
Dívida de MLP	7.736.805,71	7.209.116,06	6.722.716,53	5.909.387,05
Bancos	7.616.274,27	7.119.164,48	6.663.620,24	5.881.685,39
Locação	120.531,44	89.951,58	59.096,29	27.701,66
Dívida de CP	1.426.622,66	418.270,77	326.092,45	36.136,92
Fornecedores	1.426.622,66	418.270,77	326.092,45	36.136,92
Endividamento Total	9.163.428,37	7.627.386,83	7.048.808,98	5.945.523,97

É também importante referir que do montante 5.881.685,39€ correspondente ao capital em dívida de empréstimos a médio e longo prazo com Bancos, 1.990.706,58€, são referentes a empréstimos designados por excecionados, que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento do Município o que representa 33,85% do total.

Embora o Balanço nos mostre outros valores diferentes, os acima apresentados são os reais, porque os 498.184,61€ constantes naquele documento dizem respeito a garantias e cauções prestadas em dinheiro e depositadas numa conta de operações de tesouraria, valor disponível em qualquer momento. Também os valores apresentados no Passivo na conta 24 designado por "Estado e outros entes Públicos" com 29.040,38€ são anulados na totalidade pelo valor apresentado na mesma conta no Ativo.

Desagregada a dívida de curto prazo, no final de 2012 registava apenas 19.009,97€ a fornecedores conta-corrente e 17.126,95€ a fornecedores de imobilizado.

Quanto à dívida com contratos de locação financeira, relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. era no final do ano de 2012 de 27.701,6€, representando também uma quebra considerável, e que nesta altura está já liquidado na totalidade.

De acordo com o Orçamento de Estado, está vedada a contratação de novos empréstimos, no entanto e de acordo com a Lei das Finanças Locais, que estabelece como limite de endividamento líquido municipal no final do ano, 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais, com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior para além de excluir deste montante, o valor dos empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos comunitários, bem como os contraídos para intempéries, podemos constatar que para além de termos cumprido com rigor a Lei referenciada, o limite está longe de ser atingido.

Classificação Funcional

Em matéria de classificação funcional e no que respeita ao conjunto do PPI e do Plano de Actividades Municipais, as funções gerais com 655.063,96€, assumiram 7,49% da realização geral; as funções sociais com 5.808.694,07€ representam 66,36%, as funções económicas com 980.714,33€ traduzidas em 11,20% e as outras funções 1.308.984,02€ com 14,95%.

Com uma taxa de execução de 54,95%, as Grandes Opções do Plano de 2012, atingiram o valor absoluto de 8.753.456,38€ dos quais 5.606.859,32€ referem-se ao PPI e 3.146.597,06€ ao conjunto de acções consideradas como relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento da própria autarquia, podendo no entanto sê-lo de outras entidades.

Conforme se pode verificar através da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, as **Funções Sociais** com 5.808.694,07€, representam 66,36% do total, sendo de longe a maior fatia do bolo, destacando-se aqui várias rubricas designadamente o "Ordenamento do Território" com 1.509.771,43€, afetos na maioria à recuperação da zona histórica da Vila, os "Resíduos Sólidos"

com 717.143,59€, relativos á limpeza e recolha de lixo, o "Saneamento" com 634.724,60€, destinados essencialmente à construção das várias ETAR's e o "Abastecimento de água" com 1.781.269,29€ para o setor nascente. Registaram-se também investimentos em menor valor, na área da "Educação" com 285.043,25€, para a liquidação do valor inerente à construção da Escola e na ação social com 356.641,78€. Para concluir esta função, lembramos o valor de 227.604,00€, investidos nos "Serviços Culturais e Religiosos", onde, não havendo valor individual a destacar porque não houve investimento (obra), há no entanto diversas atividades nas mais variadas vertentes realizadas durante o ano.

A segunda maior fatia (1.308.984,02€) diz respeito às **Outras Funções** ondes estão incluídas as despesas com a amortização e encargos financeiros dos "Empréstimos" com o valor de 895.700,81€, a "Transferência entre Administrações" com 413.283,21€, onde se incluem as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, os subsídios de capital a Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda as quotizações e despesas com as Associações de Municípios de que fazemos parte.

Logo a seguir, aparecem as **Funções Económicas** com um registo de 980.714,33€, onde o maior valor registado é o dos "Transportes Rodoviários" com 446.845,65€ onde, sem nenhum destaque, se registaram diversas intervenções em todo o concelho, a "Indústria e Energia" com 440.067,97€, sendo que a maior despesa está relacionada com a energia elétrica às instalações alimentadas em média e baixa tensão com 248.249,07€, seguida da conclusão da construção do Núcleo de Cozinhas Regionais com 174.893,44€.

Em último, e mais uma vez, ficaram as **Funções Gerais**, que dos 655.063,96€ gastos durante o ano de 2012, 478.045,00€ destinaram-se á "Administração Geral", onde cabem todas as despesas relacionadas com a aquisição de maquinaria, equipamento e mobiliário diverso destacando-se aqui a aquisição da motoniveladora e 177.018,96€ para a "Proteção Civil e luta contra incêndios" destinados exclusivamente ao pagamento dos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente bem como os protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Mogadouro.

Relembramos ainda e porque os valores por serem reduzidos, não aparecem discriminados quantitativamente, as várias atividades e desempenhos levadas a cabo durante o ano, nas mais diversas áreas, designadamente na

Biblioteca Trindade Coelho e na Casa das Artes com danças, ginástica e oficinas de música bem como as sessões de cinema na Casa da Cultura e ao ar livre e o protocolo celebrado com a Orquestra do Norte que ao longo do ano proporciona alguns espetáculos de qualidade.

Ao nível da educação realçamos as actividades de enriquecimento curricular, como a música, a ginástica e o inglês, mantendo as férias desportivas em dois períodos do ano, ocupando assim a maioria dos jovens em diversas atividades físicas e culturais.

Continuamos a apoiar e organizar o mais diversificado tipo de atividades desportivas (torneio entre freguesias e a prova de corta mato) e culturais (feira do livro, prémio Trindade Coelho, concurso de poesia entre outros), bem como a cedência ou aluguer de autocarros, encontros de anciãos, as festas em todo o Concelho com fornecimento de energia eléctrica e cedência de outros equipamentos como o palco móvel. Estamos também a proceder ao estudo e valorização do Castelo dos Mouros em Vilarinho dos Galegos, onde já foram gastos 24.495,09€.

As Piscinas quer as cobertas quer as descobertas, continuam a registar uma grande afluência, por um lado os jovens com as aulas e por outro os mais idosos com sessões de hidroginástica, para além da população em geral que a frequenta em grande número. De referir que a piscina coberta é também utilizada pelas escolas na disciplina de Educação Física com várias turmas em determinados períodos do ano a praticar natação.

O raide aéreo designado por "Red Burros" vai já na terceira edição e continua a registar cada vez maior afluência, principalmente de pessoal de concelhos vizinhos o que demonstra o sucesso que o mesmo evento tem vindo a alcançar, sendo inclusive notícia em vários órgãos da comunicação social, tanto a nível regional como a nível nacional.

Não sendo diretamente responsável pela organização da Feira dos Gorazes e das Festas de Nossa Senhora do Caminho, este executivo tem também ao longo dos anos, atribuído subsídios e garantido outros apoios para a organização desses eventos.

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2012				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	655.063,96	100,0%	7,49%
1.1.1.	Administração geral	478.045,00	72,98%	5,47%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	177.018,96	27,02%	2,02%
2.	Funções Sociais	5.808.694,07	100,0%	66,36%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	285.043,25	4,91%	3,26%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	7.618,26	0,13%	0,09%
2.3.2.	Acção social	356.641,78	6,14%	4,07%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	4.931.786,78	84,90%	56,34%
2.4.2.	Ordenamento do território	1.509.771,43	25,99%	17,25%
2.4.3.	Saneamento	634.724,60	10,93%	7,25%
2.4.4.	Abastecimento de água	1.781.269,29	30,66%	20,35%
2.4.5.	Resíduos sólidos	717.143,59	12,35%	8,19%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	288.877,87	4,97%	3,30%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	227.604,00	3,92%	2,60%
2.5.1.	Cultura	146.946,79	2,53%	1,68%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	80.657,21	1,39%	0,92%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00%	0,00%
3.	Funções económicas	980.714,33	100,0%	11,20%
3.2.	Indústria e energia	440.067,97	44,87%	5,02%
3.3.1.	Transportes rodoviários	446.845,65	45,56%	5,10%
3.4.1.	Mercados e Feiras	60.097,78	6,13%	0,69%
3.4.2.	Turismo	33.702,93	3,44%	0,39%
4.	Outras Funções	1.308.984,02	100,0%	14,95%
4.1.1.	Empréstimos	895.043,95	68,38%	10,22%
4.1.2.	Juros de Locação Financeira	656,86	0,05%	0,01%
4.2.	Transferência entre Administrações	413.283,21	31,57%	4,72%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
	TOTAIS	8.753.456,38	100,0%	100,00%

Modificações ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante a execução do orçamento, na sequência da ocorrência de situações de impossibilidade de realização de despesas ou de arrecadação de receita motivada por insuficiência de dotações, em consequência da morosidade na arrecadação de receita; inexistência de dotação, em consequência da sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento; não inclusão de previsões de receitas (novas ou já existentes), com o objectivo de evitar a inviabilização da execução financeira da actividade autárquica, recorreu o Município à aplicação do mecanismo das modificações orçamentais (revisão orçamental ou alteração orçamental), consoante os casos, modificações essas, utilizadas no cumprimento das regras definidas pelo POCAL nos seus pontos 8.3.1 e 8.3.2.

Assim, durante o ano de 2012, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 15 alterações ao Orçamento da Despesa.

Foram também ao longo de 2012, operadas 12 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e 13 alterações ao Plano de Actividades Municipais.

O Resultado líquido do exercício é negativo de 912.085,36 €, bastante inferior ao registado em 2011. Quanto ao Ativo Bruto no final de 2012 é de 142.041.535,28€, registando assim um incremento de 5.357.823,90€. Se atendermos a que o valor das amortizações do exercício, foi de 6.444.253,87€, conclui-se que o resultado negativo resulta em parte desse facto.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 912.085,36€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.

Mogadouro, 14 de Março de 2013.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

8.1.1. - Identificação:

- Município de Mogadouro
- Número de Identificação Fiscal: **506851168**
- Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO
- Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874
- MAIL - geral@mogadouro.pt
- Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.
- N.º de Eleitores: 11.389 - D.R. n.º 44, II Série de 01/03/2012

8.1.3. - Estrutura Organizacional

	Data da aprovação	Data de publicação	Diário República
Estrutura Orgânica	24 de setembro de 2010	9 de dezembro de 2010	N.º 237 - II Série
Mapa de Pessoal	Câmara	Assembleia	
	06/12/2011	23/12/2011	

8.1.4. - Descrição sumária das atividades: O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 159/99 de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

8.1.5. - Recursos Humanos - Órgão Executivo

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

António Guilherme Sá de Moraes Machado
João Manuel dos Santos Henriques
João Fernando Pinto de Freitas Meira

Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves
Fernando José Bártolo
António Joaquim Pimentel
Armando Emanuel Rainha Pereira Simões Pacheco

Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos

No período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro:

- António Guilherme Sá de Moraes Machado - Presidente
- João Manuel dos Santos Henriques - Vice-Presidente
- António Joaquim Pimentel - Vereador
- Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves - Vereadora

8.1.6. - Organização Contabilística: Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro)

8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)

Indicadores de Gestão:

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.266.320,00
Fundo Social Municipal	119.530,00
Participação fixa no IRS	195.932,00
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	7.904.850,16
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	7.966.855,77
Despesas com pessoal do quadro	2.022.751,16
Despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação	337.624,48
Dívidas a Receber de Terceiros	27.503,15

Ações Inspetivas:

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

Serviços Municipalizados:

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

Regulamentos/Diretivas/Internas:

- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

Documentos de Gestão:

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano - 2012	6 de dezembro de 2011	23 de dezembro de 2011
Orçamento para 2012	6 de dezembro de 2011	23 de dezembro de 2011
Documentos de Prestação de Contas		

8 .2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

Conforme o preceituado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as suas alterações as notas ao Balanço, visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nestes documentos ou de outras situações que não tendo reflexo nos mesmos, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

A sua exigibilidade está expressa no ponto 2 do artigo 6º do Decreto já citado e na resolução nº. 4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas a seguir enumeradas respeitam a numeração prevista no 8º ponto do POCAL. As que não são mencionadas, ou não se aplicam na nossa situação ou dizem respeito a factos ou situações que se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

8.2.1 - O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações da Autarquia, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

8.2.3 - Critérios valorimétricos adotados:

IMOBILIZAÇÕES

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. Assim e de acordo com o Regulamento, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, regra geral, é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofreram grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, foram abatidos 746,84€ relacionados com bens que se tornaram inoperacionais. Há ainda um conjunto de bens sem valorização dada a impossibilidade de o fazer.

ATIVO

Inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos:

- a) Ativo imobilizado, composto pelos elementos do património do Município que apresentam carácter permanente e não destinados a venda - Bens de domínio Público; Imobilizações Incorpóreas; Imobilizações corpóreas e investimentos Financeiros;
- b) Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;
- c) Acréscimos e Diferimentos, designadamente os acréscimos de proveitos que constituem proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja receita só venha a obter-se em exercícios posteriores, e os custos diferidos, que compreendem as despesas ocorridas no exercício, cujos custos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

a) Bens do domínio público

Os bens do domínio público com o valor líquido de 44.759.050,96€, registaram uma quebra superior a dois milhões de euros em relação ao ano anterior, provocado pelo valor das amortizações que em relação ao ano de 2011, foram superiores em mais de quatro milhões de euros. No entanto e como se pode verificar, as "Outras construções e infraestruturas tiveram um aumento de cerca de 1.600.000,00€ resultantes das obras concluídas que após a receção provisória transitam das "imobilizações em curso".

Quanto ao valor dos terrenos no montante de 668.960,16€ que não têm amortizações, registam um ligeiro aumento em relação a ano transato.

b) Imobilizações Incorpóreas

Este item apresenta o valor de 88.140,24€ o que representa um aumento de cerca de 7.000,00€ em relação a 2011 mostrando também embora que ligeiras, alterações positivas nas despesas de investigação com o valor atual de 7.973,33€, nas imobilizações em curso com 64.978,00€ e no software informático com 15.180,48€ e diminuições apenas na propriedade industrial e outros direitos cujo valor é amortizado em 3 anos.

c) Imobilizações corpóreas

Este capítulo regista o maior aumento do Ativo com cerca de 1.100.000,00€ a mais em relação a 2011, havendo rubricas que registaram crescimento como os "terrenos", os "edifícios e outras construções", o "equipamento básico" e as "imobilizações em curso" enquanto outros registaram diminuições como o "equipamento de transporte", as "ferramentas e utensílios", o "equipamento administrativo" e as "outras imobilizações corpóreas".

d) Investimentos Financeiros - Partes de Capital

A rubrica de "Partes de Capital" regista em 2012 o valor de 6.490,98 € e diz respeito à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €).

As amortizações acumuladas da autarquia apresentam um aumento, em termos absolutos de 6.433.169,07€ em relação a 2011, apresentando em 2012, o saldo final de 48.651.153,87€. Durante o ano em análise verificam-se 6.611.010,05€ de Amortizações e 177.840,98€ de Regularizações conforme consta do mapa detalhado das Amortizações e Provisões.

CIRCULANTE

e) Existências

No final do ano de 2012, o armazém regista o valor de 215.711,11€ (desagregadas conforme mapa seguinte) refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água e outros, sendo os mesmos valorizados ao custo de aquisição adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para as colocar no seu estado atual.

Foi adotado como método de custeio das saídas o custo médio ponderado por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e a incorporar nos

produtos finais, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

EXISTÊNCIAS - 2012	
Matérias-Primas	1.124,06€
Matérias subsidiárias	78,98€
Materiais diversos	0,00€
Outros combustíveis	21,37€
Lubrificantes	771,21€
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.475,19€
Material de escritório	53.743,65€
Artigos para oferta	3.020,40€
Limpeza, higiene e conforto	12.442,02€
Material de transporte	4.739,73€
Material de educação, cultura e recreio	144,13€
Vestuário e artigos pessoais	3.162,04€
Outros fornecimentos e serviços	132.503,81€
Produtos químicos	1.484,52€
TOTAL	215.711,11€

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		193.868,45€
Compras		378.994,41€
Regularizações de Existências		0,00 €
Existências finais		215.711,11 €
Custos no exercício		357.151,75 €

f) Dívidas de Terceiros

Utentes- O valor de 74.972,41 €, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 27.503,15 €, corresponde às dívidas que pelo seu atraso no pagamento, são consideradas de cobrança duvidosa, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida a certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento próximo dos 5.000,00€ em relação ao ano anterior.

Estado e outros entes públicos - O valor de 49.262,90 € representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o ano de 2013.

h) Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras - O valor de 700.338,29€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, resultante da soma dos saldos de todas as contas bancárias, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 530.526,45€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções. Assim apenas o valor de 173.987,06 corresponde ao dinheiro disponível no fim do ano.

Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 4.175,22 €.

Passivo

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);
- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (resultam nas cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);
- Acréscimos e Diferimentos - Acréscimos de custos, que dizem respeito a custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que

sem documentação vinculativa, mas cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores e Proveitos diferidos, que compreendem as receitas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

i) Património

Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

j) Subsídios

Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 29.943.561,12€, ou seja uma diminuição de 2.736.457,95€ relativamente a 2011.

k) Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

O valor desta rubrica (5.881.685,39 €), diz respeito ao total da dívida com os vários empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2012, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição considerável de 781.934,85€.

l) Dívidas a Terceiros - Curto Prazo

Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 64.329,44 €, o que representa uma diminuição de 261.763,01 € relativamente ao ano de 2011. É de realçar que neste valor está incluído o leasing pela aquisição do ex-Banco Pinto Sotto Mayor no valor de 27.701,66€.

m) Outros Credores

O valor de 7.594,13 € corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades que não consideramos como dívida por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

Garantias e Cauções

O valor global de 498.184,61€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

n) Acréscimos de Custos

O montante de 238.933,04 € corresponde aos direitos adquiridos pelos funcionários do Município no ano de 2012, relativos às férias e subsídios de férias a pagar em 2013, que continuam a registar valores bastante inferiores do ano anterior resultantes das medidas de austeridade que originam o corte daquele subsídio para uma grande parte dos funcionários.

o) Proveitos diferidos

Corresponde ao valor arrecadado sobre obras comparticipadas pela Administração Central e Fundos Comunitários, registando um aumento de 2.340.515,11€ em relação ao ano anterior, valor que será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam.

3 - Notas à Demonstração dos Resultados

a) Custos e Perdas

Tal como em anos anteriores, o custo com as **Amortizações do exercício** apresenta o maior valor com 6.444.253,87€, representado 47,59 % do total dos custos Operacionais, seguindo-se a rubrica dos **Fornecimentos e serviços externos** com 3.859.613,75€ e 28,50 % e os **Custos com Pessoal** com 2.396.156,76€ e 17,69% do total. Conforme se pode verificar os Custos operacionais diferem para mais em 72.765,24€ comparativamente a 2011.

Transferências e subsídios correntes concedidos - O valor de 473.922,07€ evidencia o apoio dado a entidades e organismos legalmente constituídos, com vista a prossecução de eventos de interesse Municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, mostrando-se que em relação ao ano anterior se verificou um aumento de 75.518,03 €.

Custos e Perdas Financeiros - Este valor (116.780,44 €) resulta do pagamento dos juros associados aos empréstimos de médio e longo prazo, dos juros com os contratos de leasing, bem como dos serviços bancários que lhe estão afetos. Este valor é superior em cerca de

5.000 euros em relação ao ano de 2011 resultante do aumento verificado nas taxas de juro.

Ainda na rubrica de Custos e Perdas, há uma diminuição de 16.949,99€ em relação a 2011 nos **Custos e Perdas Extraordinárias**, que regista o total de 657.198,22€, valor onde estão incluídas as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, bem como outras entidades legalmente existentes com vista à prossecução de obras de interesse municipal, designadamente as Comissões Fabriqueiras, Centros de Dia e Noite.

b) Proveitos e Ganhos

Os valores aqui apresentados resultam da aplicação da Lei das Finanças Locais em matéria das receitas próprias das Autarquias, bem como dos fundos resultantes da participação em impostos do Estado ou protocolos de cooperação técnica e financeira.

A rubrica de **Transferências e Subsídios Obtidos** com o valor global de 9.949.676,89€ superior ao do ano anterior em cerca de 200.000 euros representa 83,79% do *total* dos Proveitos Operacionais e agrega as receitas provenientes do Estado como os Fundos Municipais e que por si só representa 67,60% do total geral da receita do ano.

No conjunto das **Prestação de Serviços** registou-se o valor de 1.293.764,08€ e corresponde a 9,65% dos proveitos, resulta essencialmente do abastecimento de água e das rendas de concessão da EDP, da utilização dos espaços desportivos e culturais, da recolha de resíduos e dos cemitérios para além do trabalho de conta de particulares designadamente na execução de ramais de água e saneamento.

Os **Impostos e Taxas** com o valor de 630.522,74€ contribuem apenas com uma percentagem de 4,70% dos proveitos operacionais e resultam essencialmente da cobrança dos impostos diretos (imposto sobre imóveis, transmissões onerosas e imposto único de circulação). Também as licenças de publicidade, licenciamento de obras e utilização de mercados entram neste item e regista um aumento de 78.995,21€ em relação ao ano de 2011.

Quanto aos **Proveitos e ganhos financeiros** no valor de 14.449,36€, resultam dos juros de depósitos á ordem com 2.974,36€ e 11.475,00€ relativo a venda de terreno na zona industrial.

Os **Proveitos Extraordinários** no valor de 1.511.877,48€ e que representa 11,28% do total dos proveitos, resultam essencialmente das taxas de relaxe, dos juros de mora e principalmente das operações de regularização de exercício, designadamente a percentagem igual ao valor das amortizações sobre os subsídios para investimento no valor global de 1.309.514,28 €.

8.2.13 - Em 31/12/2012, o único bem em regime de locação financeira é o edifício das antigas instalações do Banco Pinto & Sotto Mayor, estando em dívida o valor de 27.701,66€.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Tal como nos anos anteriores continuam a existir bens que foram inventariados em anos anteriores com valor zero em virtude da sua antiguidade e da não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado. São exemplo disso, os quadros e obras de arte, mobiliário antigo, um Planador cedido graciosamente pela Voadouro, telemóveis cedidos gratuitamente pela Portugal Telecom, uma central de telefone e um Modem, cedidos pela TMN, documento que se junta ao processo.

8.2.15 - Os bens de domínio público que não são objeto de amortização são os constantes da conta 4.5.1 "Terrenos e Recursos Naturais" os quais legalmente não são suscetíveis de amortização, não amortizando também os livros.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Douro Superior Associação de Desenvolvimento

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 500,00 €

Capital Próprio: 122.004,08 €

Resultado do último exercício (2012): 32.045,82 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes

Complexo do Cachão

5370-132 - CACHÃO

Participação detida: 4,55%

Capital Próprio: 82.302,00 €

Resultado do último exercício (2011): 51.994,00€

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 6.000,00€

Capital Próprio: 669.002,62€

Resultado do último exercício (2011): 78.171,87€

IAREN-Instituto da Água da Região Norte

Rua Dr. Eduardo Torres, 229

4450-113 - MATOSINHOS

Participação detida: 299,28 €

Capital Próprio: 3.256.428,19€

Resultado do último exercício (2011) -188.067,75€

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano

Rua Visconde da Bouça

5301-903 - Bragança

Participação detida -

Capital Próprio: 6.258.315,95 €

Resultado do último exercício (2011): 50.500,37€

Associação Nacional de Municípios Portugueses

Av. Marnoco e Sousa, 52

3004-511 - Coimbra

Participação detida -

Capital Próprio: 1.515.541,59 €

Resultado do último exercício (2011): 368.335,53

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.

Castelo de Santiago da Barra

4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00 €

Capital Próprio: 1.075.754,69€

Resultado do último exercício (2011): 435.373,07€

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM)

Rua Visconde de Bouça

5301 - 903 - BRAGANÇA

Participação detida:

Capital Próprio: 628.767,11€

Resultado do último exercício (2011): 89.118,47€

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa dos Fluxos de Caixa
- Mapa das Contas de Ordem
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Mapa dos Empréstimos
- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução Anual das Opções do Plano
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Transferências Obtidas Correntes e de Capital
- Mapa de Transferências e Subsídios Concedidos Correntes e Capital
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Resumo Diário de Tesouraria
- Fundos de Maneio
- Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais